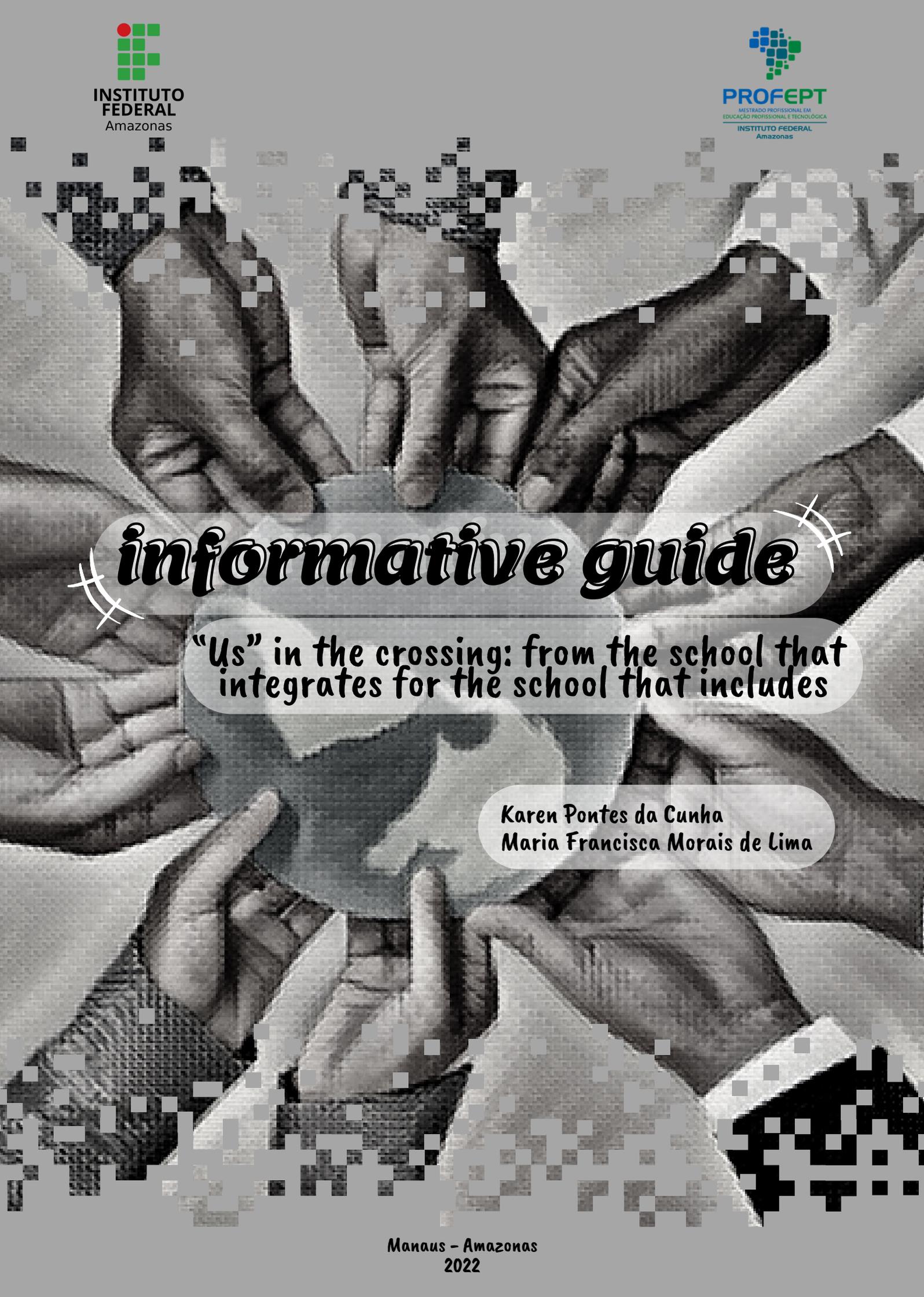




Guia Informativo

“Nós” na travessia: da escola que integra para a escola que inclui

Karen Pontes da Cunha
Maria Francisca Morais de Lima



informative guide

“Us” in the crossing: from the school that integrates for the school that includes

**Karen Pontes da Cunha
Maria Francisca Morais de Lima**

FICHA CATALOGRÁFICA

Autoras:

Karen Pontes da Cunha
Maria Francisca Morais de Lima

Projeto gráfico e diagramação:

Aldemira de Araújo Câmara

Imagens:

www.canva.com
br.freepik.com

Biblioteca *Campus* Manaus Centro

C972g Cunha, Karen Pontes da.

Guia informativo - "Nós" na travessia: da escola que integra para a escola que inclui = informative guide – "us" in the crossing: from the school that integrates for the school that includes / Karen Pontes da Cunha, Maria Francisca Morais de Lima. – Manaus, 2022.

74 p. : il. color.

Produto Educacional da Dissertação – Entre pontes e abismos: a transição do ensino fundamental para o ensino médio integrado sob o olhar de alunos ingressantes. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2022.

ISBN 978-65-88247-56-3

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Inclusão. 3. Inclusão – políticas e ações. I. Lima, Maria Francisca Morais de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

Elaborada por Márcia Auzier CRB 11/597

FICHA DE DESCRIÇÃO TÉCNICA

Título: Guia informativo: “Nós” na travessia: da escola que integra para a escola que inclui.

Origem do produto: Dissertação intitulada “Educação inclusiva: uma abordagem acerca das políticas de inclusão para a permanência escolar no IFAM *Campus* Manaus Centro”, desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Área de Conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Professores da Educação Profissional Técnica de nível médio e demais profissionais da EPT.

Categoria deste produto: Guia informativo digital sobre a temática da educação inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Finalidade: Propiciar conhecimentos sobre a temática da educação inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica para nortear a implementação de políticas e ações inclusivas.

Registro do produto: Biblioteca Paulo Sarmento do IFAM, *Campus* Manaus Centro.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Apoio financeiro: Financiado pelos autores.

Divulgação: Por meio digital.

URL: <http://repositorio.ifam.edu.br/>

Idioma: Português.

Cidade: Manaus.

País: Brasil.

Ano: 2022.

SUMÁRIO

□ APRESENTAÇÃO.....	□ 07
---------------------	------

□ PASSOS INICIAIS.....	□ 09
------------------------	------

PERCURSO 1...

□ DA ESCOLA DE APRENDIZES AO IFAM CMC: DO ASSISTENCIALISMO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	□ 13
---	------

□ O IFAM CMC E SEU PAPEL SOCIAL.....	□ 20
--------------------------------------	------

PERCURSO 2...

□ EDUCAÇÃO INCLUSIVA: “QUANDO A ESCOLA NÃO ESCOLHE A QUEM EDUCAR”.....	□ 23
---	------

□ O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?.....	□ 24
------------------------------------	------

□ APROFUNDANDO CONHECIMENTOS.....	□ 30
-----------------------------------	------

□ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	□ 34
---	------

PERCURSO 3...

□ POLÍTICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: FOCO NO IFAM CMC.....	□ 37
--	------

□ TRANSFORMANDO A ESCOLA A PARTIR DE AÇÕES: RECONHECENDO OS “NÓS”.....	□ 43
---	------

PERCURSO 4...

ENSINO MÉDIO INTEGRADO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
PROPONDO AÇÕES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS
SUJEITOS DA PESQUISA

□ □ 47

PERCURSO 5...

□ INTERATIVIDADE / SUGESTÕES DE MATERIAIS □ 56

□ CONSIDERAÇÕES FINAIS □ 67

OBRAS CONSULTADAS
□ PARA A ELABORAÇÃO DESTE MATERIAL □ 70

□ AS AUTORAS □ 73

APRESENTAÇÃO

Estimado(a) leitor(a)!

Este Guia Digital, intitulado “'Nós' na travessia: da escola que integra para a escola que inclui”, surgiu das reflexões suscitadas durante o processo construtivo da dissertação “Educação inclusiva: uma abordagem acerca das políticas de inclusão para a permanência escolar no IFAM *Campus* Manaus Centro”, a qual foi realizada no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A partir das contribuições dos sujeitos participantes da pesquisa, identificamos a existência de dubiedades e lacunas a respeito da compreensão da educação inclusiva, situações que podem interferir ou comprometer a implementação das políticas e ações na referida vertente educativa. Com isso, iremos apresentar, entendendo suas essencialidades como balizadores das ações e práticas conscientes e politizadas nos espaços escolares, conceitos relativos à temática da inclusão e sua constituição, mas sem se restringir a tal aspecto.

Pensando nisso, propomos, conforme sugere o título, discutir o protagonismo da rede de apoio (nós) no processo da inclusão, o que também pressupõe derrubar barreiras e desatar “nós” para a travessia da efetiva inclusão. Assim, este guia foi pensado como suporte de conhecimento sobre a temática da educação inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, pois é preciso qualificar a educação sobre a qual falamos, indicando-a a partir de uma ótica delimitada, uma vez que *“todo ponto de vista é a vista de um ponto, o lugar, de que território estamos falando, já que toda educação é necessariamente situada historicamente”* (GADOTTI, 2012, p. 10).

Cabe destacar que, não há pretensão de caracterizar este guia como uma “receita ou manual de instrução” fechado, visto que a realidade é dinâmica e peculiar. Dito isso, estimamos que você faça uma leitura proveitosa e que enseje o planejamento de ações inclusivas conscientes e comprometidas com a educação de qualidade de todos.

Vamos começar a travessia...



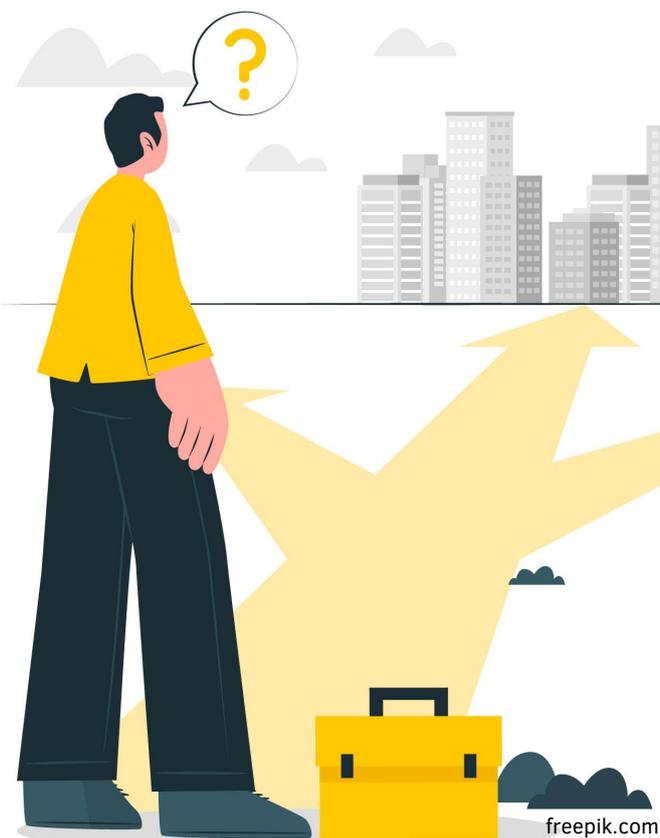
freepik.com

PASSOS INICIAIS...

Um questionamento que você pode estar fazendo é: *qual é o propósito deste guia?* Para respondê-lo, iremos nesta seção explicar os caminhos para a travessia da escola que integra para escola que inclui.

Como passo inicial, cabe destacar que a travessia tem um ponto de partida e ponto de chegada. Certo? Por isso remete a ideia de passagem/caminho a ser trilhado. A questão central é que a travessia não é um movimento simples, basta pensar nos obstáculos (nós) que envolve a efetivação da inclusão. Essa condição, possibilitou pensar essa travessia como um possível processo.

Desse modo, este produto educacional está organizado em 05 (cinco) percursos temáticos que, justapostos, compõem o processo de travessia em busca de novos horizontes. Cabe destacar que a estrutura de nosso material foi planejada para oferecer aos leitores informações que subsidiem ações condizentes com as propostas legitimadas por meio de dispositivos legais, a fim de promover a inclusão para além do acesso aos espaços escolares.



PERCURSO 01

O primeiro percurso traz um breve resgate histórico de como se constituiu a Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas, com destaque para o IFAM *Campus* Manaus Centro (CMC), por se tratar do *locus* da pesquisa, e por reconhecermos que o movimento histórico é imprescindível para entendermos quem somos, de onde viemos e para onde vamos.

PERCURSO 02

Seguindo esse movimento, no segundo percurso, trabalhamos o contexto das políticas de inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no IFAM CMC.

PERCURSO 03

No terceiro percurso, apresentamos as principais políticas e ações inclusivas, desvendando curiosidades e dúvidas sobre conceitos relacionados à temática.

PERCURSO 04

No quarto percurso, evidenciamos propostas de ações com base nas contribuições dos participantes da pesquisa.

PERCURSO 05

E, por último, no quinto percurso apresentamos um espaço interativo com sugestões de filmes, vídeos, músicas, produtos educacionais, dissertações, livros e artigos, sites e plataformas e documentos legais relacionados ao campo da inclusão.

Ao longo dos percursos, damos destaque para conceitos que remetem a ideia de que a educação inclusiva não diz respeito ao privilégio de uma determinada ação, uma vez que ela corresponde à multiplicidade de ações e estratégias que envolvem desde as políticas estruturais até as questões atitudinais. Nessa medida, reconhecemos a intencionalidade da rede de apoio (nós) como elemento fundamental para provocar mudanças, tendo em vista a constituição de escolas inclusivas.

Buscamos desconstruir ideias, tal como entendimento da educação inclusiva como sinônimo de “educação especial”, uma vez que esta perpassa todos os níveis de ensino e, por isso, há necessidade de suporte e apoio aos estudantes por meio de estratégias que contemple a acessibilidade, recursos tecnológicos acessíveis, tecnologias assistiva etc. Ao passo, que é cada vez mais rotineiro ouvir que a educação inclusiva é a educação direcionada para todos. Todavia, nas ações, verificamos estratégias que ainda privilegia grupos específicos em detrimento de outros, pois não conseguimos romper com a ideia da inclusão apenas sob a perspectiva do acesso de diferentes grupos nas escolas.

Tal perspectiva projeta a cultura da escola, por isso consideramos oportuno refletir sobre a educação inclusiva mediante uma ótica mais ampla, que compreende o processo de ensino e aprendizagem discente, que não fragmenta a educação entre ensino técnico profissional e básico, que reconhece, valoriza e potencializa as diferenças dos sujeitos e, principalmente, que garante as condições equânimes de permanência, haja vista as desigualdades sociais adentrarem às escolas. Em virtude disso, torna-se cada vez mais importante a elaboração e o fortalecimento das políticas públicas e ações nas escolas sob a perspectiva da educação inclusiva.



freepik.com

DA ESCOLA DE APRENDIZES AO IFAM CMC: DO ASSISTENCIALISMO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PERCURSO 1: A CONSTITUIÇÃO DO IFAM...

Já dizia o poeta e compositor nordestino Flávio José “[...] *toda caminhada começa no primeiro passo*”. Para tal, este percurso é a largada oficial de nossa travessia, nele vamos explorar alguns conceitos importantes, tais como: o trabalho na dimensão econômica e ontológica, a constituição da Educação Profissional e Tecnológica e o papel e função social dos IFs, especificamente do IFAM CMC.

Uma questão expressiva e ainda pouco refletida está relacionada à dimensão do trabalho que exercemos como profissão, uma vez que dedicamos parte significativa do nosso tempo a ele, não é mesmo?



freepik.com

Nessa direção, cabe compreendermos o trabalho a partir da sua dimensão econômica e ontológica. A dimensão econômica é importante, pois nela está presente o suprimento de nossas necessidades básicas e materiais. Dela advém o estabelecimento da relação atividade/remuneração, a qual se materializa em espaços legitimamente reconhecidos, tais como os realizados nas instituições escolares.

Já o trabalho na dimensão ontológica corresponde à capacidade de autorrealização dos homens, pressupondo a capacidade dos seres humanos de objetivar e projetar seu trabalho, isto é, corresponde à capacidade de estabelecer propósito/intencionalidade ao trabalho.

Trazemos essa percepção por entender que, uma vez estabelecidos vínculos com o IFAM CMC, a partir da dimensão econômica do trabalho, é necessário também a busca constante do desenvolvimento do trabalho na dimensão ontológica, para que este tenha sentido para

nós educadores e para os educandos. Afinal, tendo sentido e propósito em nosso trabalho, estaremos contribuindo para a nossa própria transformação, assim como para a transformação dos estudantes.

Esse sentido poderá ocorrer de diferentes modos, mas consideramos pertinente iniciar tal movimento pelo conhecimento do espaço no qual estamos inseridos. Por isso, trago minha experiência pessoal para demonstrar como algo, a princípio sem importância, propiciou novos horizontes e novos sentidos às minhas práticas profissionais e ao meu desenvolvimento como educadora.

Foi durante os estudos da bibliografia de seleção para o ProfEPT que tive conhecimento da trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica. Foi nessa época que descobri como o IFAM *Campus Parintins* faz parte de um processo iniciado há mais de 100 anos, sendo que o IFAM CMC protagonizou toda essa trajetória.

Após ingressar no curso de mestrado, mediante a disciplina denominada Bases Conceituais da EPT, tive a oportunidade de conhecer as especificidades da educação profissional e a concepção pedagógica da Formação Humana Integral (FHI).

Tais conhecimentos propiciaram muitas reflexões e possibilitaram repensar ideias cristalizadas que foram reformuladas no meu agir profissional, agora alinhado aos valores e concepções próprios da Formação Humana Integral.

Pensando nisso, considero pertinente e oportuno proporcionar aos leitores esse conhecimento que julgo necessário para nos situar no tempo e no espaço presentes, mas, para isso, é importante sabermos de onde viemos, de onde partimos.

Não existe consenso sobre o caráter inclusivo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil a partir do seu processo de constituição.

De um lado, há os que defendem e reconhecem seu caráter inclusivo pela efetivação do direito à educação profissional para os “desvalidos da sorte e da fortuna”, apesar de ser direcionada para “os poucos” que estavam à margem da sociedade. De outro lado, e pelo mesmo motivo, há os que defendem que não se pode falar em inclusão, mas de prática de caráter meramente assistencialista.

E você, qual ideia defenderá? Inclusiva ou assistencialista? Moura (2007, p. 6) reflete que

— “

[...] a educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de 'amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte', ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes.

— ” —

Nessa trajetória de mudanças e transformações na EPT, podemos visualizar que os anseios dos movimentos sociais passaram a ser incorporados, reconhecidos e efetivados. E um grande marco aconteceu em 2008, quando alguns centros federais foram transformados em Institutos Federais de Educação, dando início a um importante projeto de expansão desses institutos em todos os estados brasileiros, por meio da promulgação da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.



<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11892&ano=2008&ato=421MzYU5UNRpWTc62>

Acesse a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 por meio dos links.



Agora, convidamos você a conhecer cronologicamente esse processo da EPT, embora saibamos que cada instituto possui seu próprio percurso histórico. Pensando assim, apresentaremos o processo de constituição do IFAM *Campus* Manaus Centro (IFAM CMC), *locus* da pesquisa que desencadeou este guia, a fim de inspirá-los a investigar também os seus espaços.

1910

ESCOLA DE ARTÍFICES E APRENDIZES

Em 1.º de outubro de 1910, nascia a Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas, com a nobre e difícil missão de ofertar educação profissional para os menos favorecidos social e economicamente.

1941

LICEU INDUSTRIAL

Em 1941, foi inaugurado, na avenida Sete de Setembro, o Liceu Industrial de Manaus, onde hoje está localizado o IFAM CMC.

1942

ESCOLAS INDUSTRIAIS E TÉCNICAS

Por meio do Decreto n.º 4.127, de 25 de setembro de 1942, o Liceu foi transformado em Escola Técnica Industrial de Manaus, cujo objetivo era oferecer formação profissional equivalente ao ensino secundário, por meio do qual os alunos formados poderiam ingressar no ensino superior.

1959

ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS

Com a implantação da rede de Escolas Técnicas Federais, ocorreu o processo de transformação da Escola Técnica Industrial para a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Sua criação coincide com o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, fato que acentuou em âmbito local e regional a relevância educacional, econômica e social da instituição.

2001

CENTROS FEDERAIS (CEFETs)

Em 2001, a Escola Técnica foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET/AM), o qual passou a ofertar cursos de diferentes níveis: Formação Profissional Básica, Ensino Médio, Cursos Técnicos, além de Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

2008

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFAM)

Com a perspectiva de redirecionar a educação em benefício da classe trabalhadora, visando superar a histórica dualidade entre educação profissional e básica, foi promulgada a Lei n.º 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em face disso, ocorreu o processo de transformação do CEFET/AM para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), hoje denominado IFAM *Campus* Manaus Centro.



A criação dos Institutos Federais ressignifica a Educação Profissional e confere a ela o condão de transformar pessoas e sociedades. A passagem de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica ampliou seu escopo de atuação e a sua missão (SOBRINHO, 2020, p. 698).



*Nos links a seguir você
poderá conhecer um
pouco mais sobre o IFAM
Campus Manaus Centro
(IFAM CMC).*

Conheça um pouco mais o IFAM
CMC através deste vídeo e saiba
o que ele oferece para os alunos.



[https://www.youtube.com/watch
?v=TTjgILFibAI&t=44s](https://www.youtube.com/watch?v=TTjgILFibAI&t=44s)



A constituição do IFAM: da
Escola de Aprendizes Artífices,
Liceu Industrial de Manaus,
Escola Técnica de Manaus, ETFA,
ETFAM, CEFETAM e IFAM CMC.



[https://www.facebook.com/watc
h/?v=2483057738425280](https://www.facebook.com/watch/?v=2483057738425280)



O IFAM CMC E SEU PAPEL SOCIAL

PERCURSO 1: A FUNÇÃO SOCIAL DO IFAM...

Assimilar a complexidade da constituição do direito à educação no Brasil é importante para compreender os avanços nela presentes, bem como identificar os discursos de práticas enviesadas em torno dela.

Entre todos os direcionamentos para a efetivação do direito à educação, o papel da Rede Federal é muito significativo na promoção da inclusão social, tendo em vista

— “ —

“o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123).

— ” —

Veja! Daremos 6 bons motivos para fundamentar o reconhecimento da função social da Rede Federal de Educação:

1º

A EXPANSÃO DA REDE

Em 2019, segundo dados do Ministério da Educação, a Rede Federal contava com: 38 Institutos Federais; 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais; 1 Universidade Tecnológica Federal no Paraná (UTFPR), e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a essas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

2º

A INTERIORIZAÇÃO

Desde 2008, no Estado do Amazonas, houve um significativo aumento de IFs (Institutos Federais). Hoje, o IFAM está presente em 16 municípios do estado do Amazonas, sendo esses os *campi* de: Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Maués, Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, *campus* Avançado de Manacapuru, Iranduba e Boca do Acre (IFAM, 2019).

3º

DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO

Processo que se estabelece pela oferta de cursos em níveis e modalidades diferentes.

4º

RESPEITO À DIVERSIDADE

Abertura para o acesso de diferentes grupos.

5º

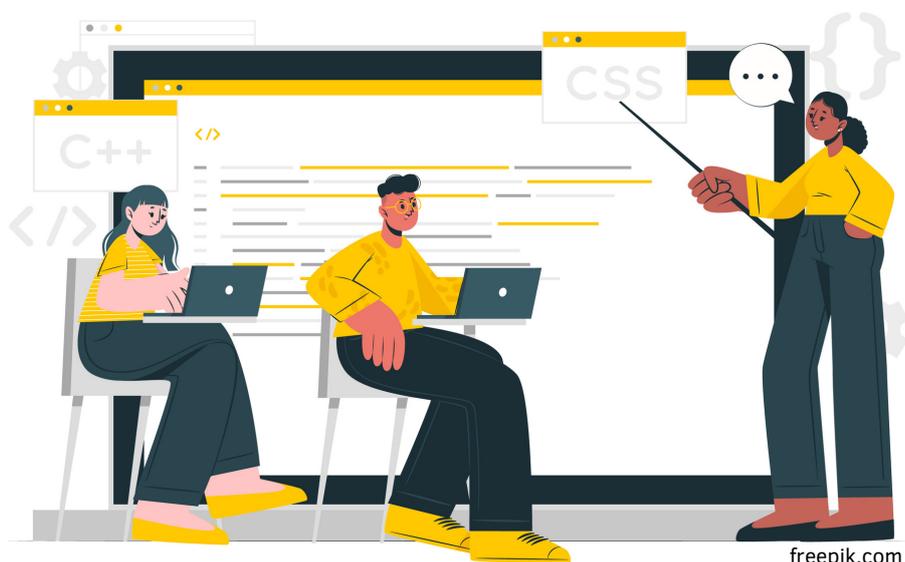
CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O processo de ensino e aprendizagem deverá promover a Formação Humana Integral dos discentes.

6º

CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Implementação de políticas, programas e ações direcionadas para o enfrentamento das desigualdades sociais.



freepik.com

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: “QUANDO A ESCOLA NÃO ESCOLHE A QUEM EDUCAR”

PERCURSO 2: EDUCAÇÃO INCLUSIVA...

Chegamos a um ponto importante da trajetória, sua essencialidade é reconhecida por dispor de conceitos basilares para apropriação de conhecimento sobre a educação inclusiva. Seguimos firmes nessa jornada?

É muito comum, principalmente para leigos ou leitores iniciantes no tema da inclusão, cometer equívocos ao considerar que a integração e a inclusão são palavras sinônimas.

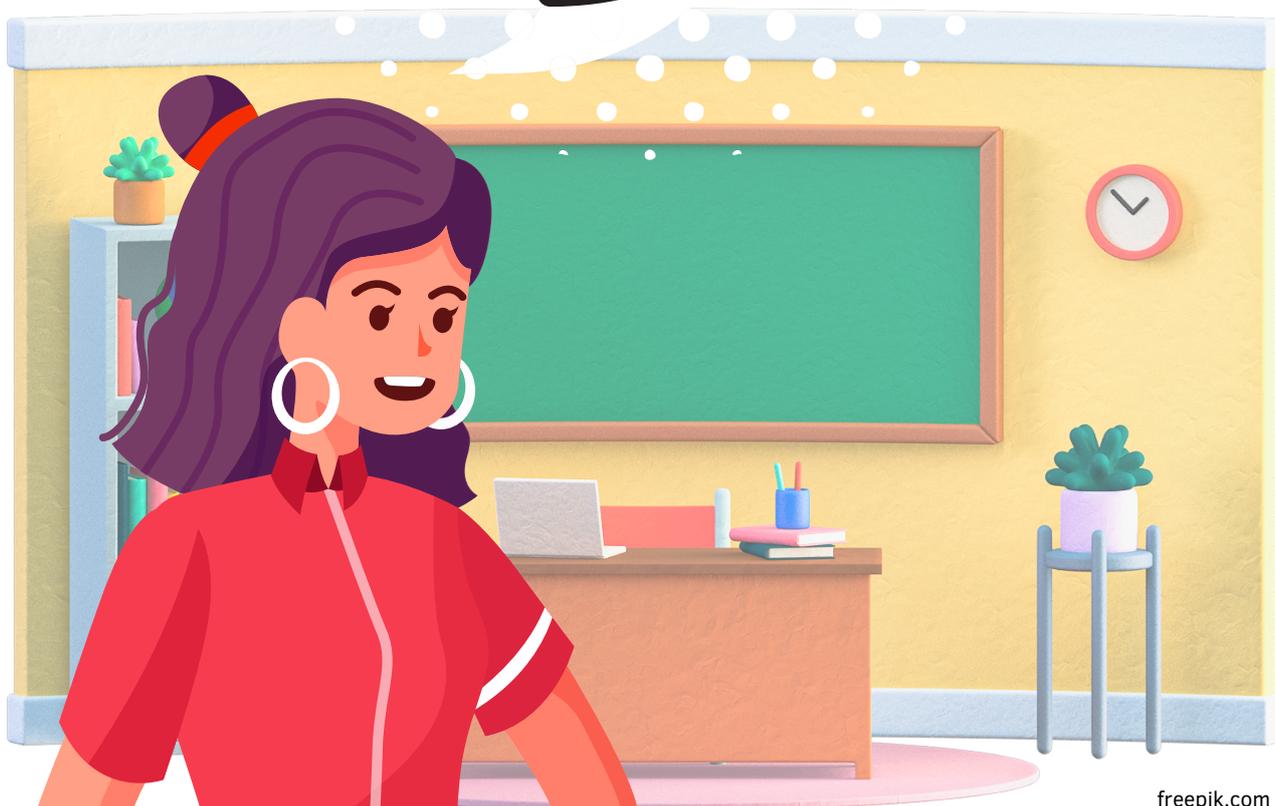
Dessa maneira, na tentativa de esclarecer esse “mal-entendido”, será apresentada a questão mais básica sobre dois conceitos, qual seja: o entendimento de que integração e inclusão possuem sentidos distintos.



freepik.com

O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Não tem como falarmos de educação inclusiva sem antes falar de educação especial, porque uma coisa é atrelada à outra. Porém, a educação especial é aquela que promove o desenvolvimento, a habilidade das pessoas com deficiência, ela, a educação especial é a que abrange os níveis de sistema de ensino que vai da educação infantil até o ensino superior. E, já a educação inclusiva, não, ela se dá mais pelo processo educativo porque ela deve ser considerada como um processo social. Vejam bem, olha o verbo, DEVE, deve é um verbo de ação (TEFP13, pesquisa de campo, 2021).



freepik.com

Com base nas contribuições dos participantes da pesquisa, trouxemos alguns enunciados que colaboram para a compreensão dessa importante distinção.

Para Mittler (2003), a integração estabelece a ideia de preparar as pessoas com deficiência para terem acesso à escola regular, sem impactar em grandes mudanças estruturais e atitudinais dos espaços escolares. De modo contrário, a inclusão pressupõe mudanças radicais em diferentes aspectos, compreendendo desde os aspectos físicos até os curriculares e pedagógicos. Sasaki (1997, p. 41) considera que

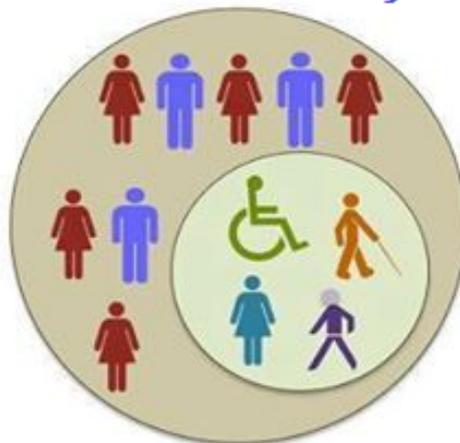
— “ —

a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

— ” —

Vejam na figura abaixo a diferença entre integrar e incluir.

INTEGRAR



A imagem ilustra o processo de integração como aquele que insere o sujeito na escola, mas nele há separação, divisão, classificação.

INCLUIR



A inclusão representa a ideia de todos convivendo no mesmo espaço, resguardadas a igualdade de oportunidade a partir do reconhecimento e valorização das diferenças e necessidades dos sujeitos.

Segundo Mendes, Pacheco e Oliveira (2019, p. 31),

— “ —

a educação inclusiva como princípio dos direitos humanos continua sendo item importante na agenda das organizações internacionais, particularmente da Unesco, da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial, que influenciam diretamente nas decisões nacionais, conseqüentemente, nas práticas curriculares.

— ” —

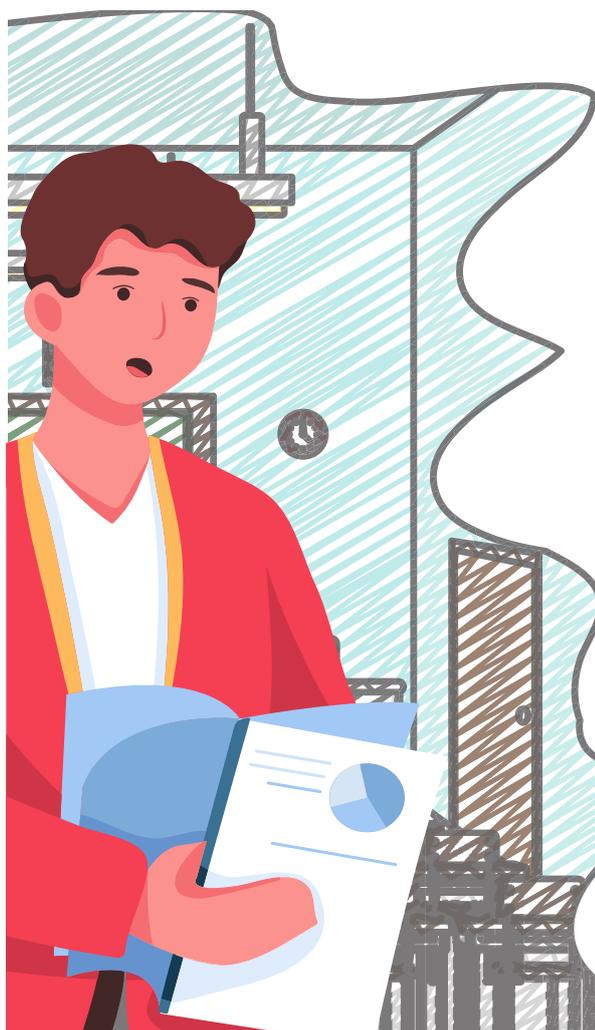
Isso denota que o reconhecimento das práticas discriminatórias nos espaços escolares e a necessidade de superá-las coloca a educação inclusiva como proposta propulsora para a promoção da educação de qualidade para todos. Nessa perspectiva, apresentamos a seguinte contribuição.

— “ —

A educação inclusiva é ação, é você agir, mas antes disso, nós precisamos é ter essa consciência que a educação inclusiva é um processo social. Então, a educação inclusiva ela vai muito além das paredes da escola, a educação inclusiva, a educação especial ela é processo social, ela se dá pela sociedade, ela se dá pela transformação de nós enquanto seres humanos (TEFP13, pesquisa de campo, 2021).

— ” —

“Todos nós somos iguais? Todos nós aprendemos de maneira igual? Não, não existe, ninguém é igual! Todos nós temos as nossas qualidades, todos nós temos os nossos defeitos, cada um tem o seu tempo, então nós temos que simplesmente deixar de lado essa noção, essa cabeça pequena de achar, ah, o meu aluno tem uma deficiência ele não vai conseguir aprender. Não, ele vai sim! O que precisa ser mudado é o seu pensamento enquanto profissional” (TESI15, Pesquisa de campo, 2021).



A escola inclusiva tem, pois, como primeiro desafio, a sua própria transformação, que perpassa pelo reconhecimento de efetivar mudanças estruturais e atitudinais, pois a inclusão na escola pressupõe a criação de espaços que favoreçam a apreensão e a valorização das singularidades dos estudantes para que as diferenças sejam assim trabalhadas.

Dessa forma, é na imersão das diferenças que a escola precisa discutir sobre os sujeitos da escola inclusiva que, segundo Mantoan (2003, p. 20), *“é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais”*.

Pletsch (2020) desta que,

“

A política de inclusão educacional como uma proposta ampla, calcada nos princípios dos direitos humanos, segundo a qual os sujeitos com deficiência devem ter acesso à educação, participar das atividades educativas e aprender de modo significativo. Nesta perspectiva, a inclusão implica a combinação de três elementos: desenvolvimento dos sujeitos, pluralidade cognitiva e convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos (PLETSCH, 2020, p.9).

”

Então, a partir desse entendimento, as escolas inclusivas são desafiadas a atenderem as necessidades, assegurando aos educandos as condições favoráveis para seu pleno desenvolvimento, haja vista que, apenas reconhecer as diferenças e a diversidade, não são mais suficientes.

Logo, além de reconhecer, é necessário valorizar as diferenças e trabalhá-las de forma comprometida, tendo como horizonte a potencialização das singularidades dos sujeitos

educandos, que podem ser percebidas pelos distintos modos e tempo de aprender. Isto é, sob nenhuma circunstância as diferenças devem ser apreendidas com a intenção de subestimar, rotular e inferiorizar os sujeitos educandos.

Notamos que as diferenças não tornam o outro incapaz, apenas ressaltam que cada indivíduo possui seu modo e tempo de processar conhecimentos e realizar suas atividades, e isso, de modo algum pode ser visto como melhor ou pior.

As reflexões de Carvalho (2014, p. 23) nos dão subsídios para compreender que

— “

o trabalho na diversidade começa pelo reconhecimento das diferenças e na paridade de direitos que, na escola, traduzem-se como aprendizagem e participação e não apenas como presença nesta ou naquela modalidade de atendimento educacional escolar.

— ”

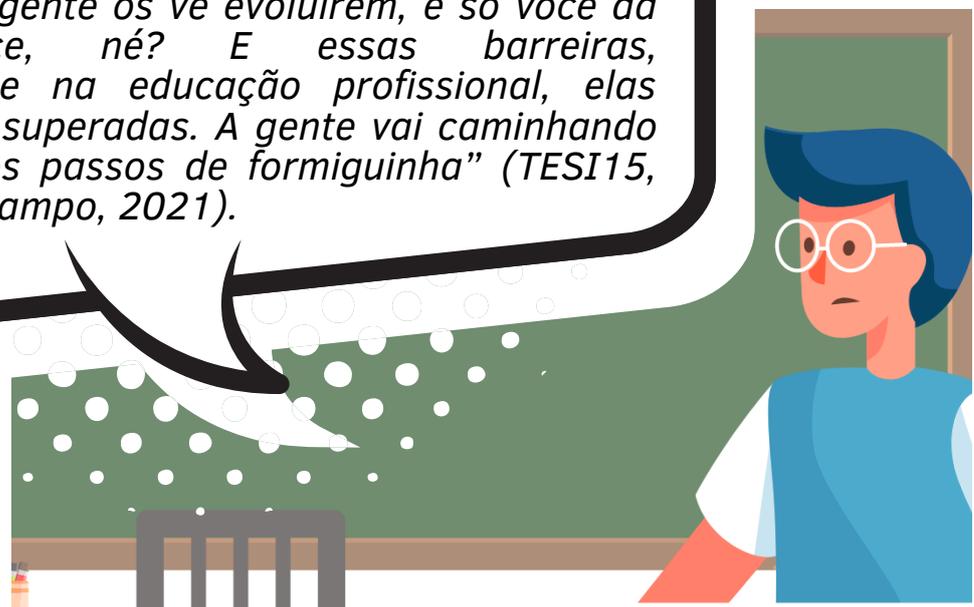
Assim sendo, a proposta da educação inclusiva está alicerçada na concepção de uma sociedade inclusiva, e esta precisa assumir que a singularidade educativa dos indivíduos não admite práticas excludentes, portanto,

— “

a escola inclusiva é o desafio posto para todos, a disposição de se deixar persuadir pelo princípio da inclusão em práticas educativas individuais e coletivas, num processo verdadeiramente democrático (VIZIM, 2009, p. 56).

— ”

“é, cada um tem o seu jeito, as suas diferenças [...]. Então, tempo, cada um tem o seu, mas isso não quer dizer que você tenha que excluir alguém [...]. Então a gente os vê evoluírem, é só você dá uma chance, né? E essas barreiras, principalmente na educação profissional, elas precisam ser superadas. A gente vai caminhando com pequenos passos de formiguinha” (TESI15, Pesquisa de campo, 2021).



APROFUNDANDO CONHECIMENTOS

Dando continuidade a tarefa de apresentar os aspectos conceituais sobre a educação inclusiva, por se tratar da perspectiva adotada para o debate das políticas relativas a ela, elucidaremos, agora, alguns documentos importantes que tratam sobre a temática. Um aspecto a ser considerado diz respeito ao reconhecimento da inclusão como valor e princípio. Nessa perspectiva, apresentamos os principais documentos norteadores que tratam de tal processo. Antes disso, esclareceremos uma dúvida muito recorrente: a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva.

A Educação Inclusiva é uma perspectiva mais contemporânea e considerada como um paradigma na educação, sobretudo por se tratar de uma proposta radical, pois consiste na ruptura entre estudantes normais e deficientes, escola especial e escola regular. Já a Educação Especial é a modalidade de ensino voltada para a promoção da educação de pessoas com deficiências, altas habilidades, transtornos etc.

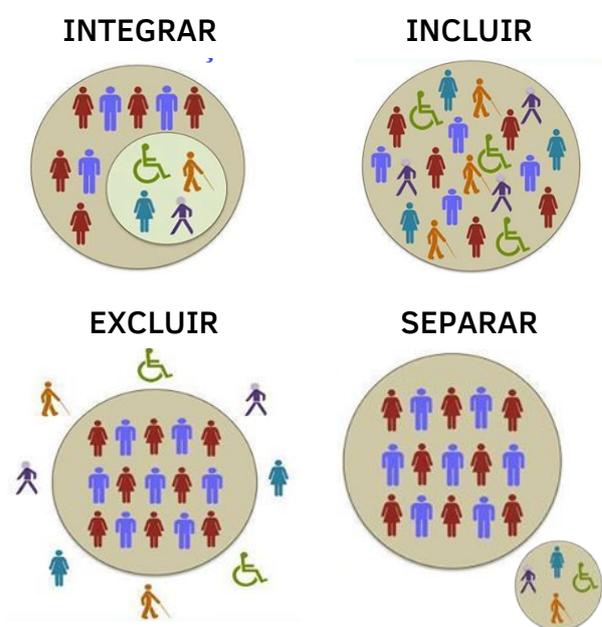
O reconhecimento do corpo com impedimentos como expressão da diversidade humana é recente e ainda um desafio para as sociedades democráticas e para as políticas públicas. A história de medicalização e normalização dos corpos com impedimentos pelos saberes biomédicos e religiosos se sobrepôs a uma história de segregação de pessoas em instituições de longa permanência. Apenas recentemente as demandas dessas pessoas foram reconhecidas como uma questão de direitos humanos. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas é um divisor de águas, pois instituiu um novo marco de compreensão da deficiência (ONU, 2006a). Assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p.73).

Percebemos que a proposta da educação inclusiva advém da educação especial, uma vez que a inclusão de todos tem como foco garantir a oportunidade de aprendizagem e convivência baseada no reconhecimento e valorização das diferenças, sendo iniciado no movimento de inserção/integração das pessoas com deficiência nos espaços escolares e públicos.

O processo de exclusão se deu pelo não reconhecimento das pessoas com deficiência como detentoras de direitos, pois eram consideradas doentes e incapazes.

No século XVI, as entidades filantrópicas voltaram-se para o acolhimento das pessoas com deficiência, visto que a essas era negado o direito de conviver em sociedade; eram apartadas (remetendo à ideia de segregação) do convívio comum em sociedade. No século XX, em meados da década de 1970, foram criadas as Escolas Especiais, nascendo a ideia da integração, as quais eram organizadas de forma paralela ao ensino comum, seria mais apropriada à

aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais por deficiência desde que fossem considerados aptos para se desenvolver como os estudantes ditos “normais” (SASSAKI, 1997).



As ideias e práticas integracionistas perdem espaço a partir dos anos 1980, sobretudo na década de 1990, quando o movimento a favor da inclusão de todos começa a ganhar força e espaço mundialmente, conforme apontado nos eventos sinalizados a seguir:

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990)

Movimento a favor da inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. As escolas deveriam adaptar-se às necessidades e potencialidades de aprendizagens.

Declaração de Salamanca (1994)

Reafirma e defende uma educação acessível e garantida a todos. Além disso, orienta a respeito dos direcionamentos para o rompimento da desigualdade e segregação na escola (ideia da educação inclusiva – não é o estudante que se adapta, é a escola que precisa se adequar para recebê-los e oportunizar uma educação de qualidade).

Nessa perspectiva, a escola inclusiva é o horizonte a ser alcançado, uma vez que ela:

Desempenha a capacidade de educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994, p. 2).

As declarações supracitadas são reconhecidas como importantes instrumentos, uma vez que inspiraram a elaboração de diversos documentos legais brasileiros.

Tal direcionamento, processou-se a partir da ressignificação sobre a deficiência, ocorrida na

passagem do modelo biomédico para o modelo social da deficiência. Desse modo, as desvantagens sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiências, passa a ser compreendido como resultado de um movimento discursivo da cultura normalidade.

O modelo social da deficiência desafiou as narrativas do infortúnio, da tragédia pessoal e do drama familiar que confinaram o corpo com impedimentos ao espaço doméstico do segredo e da culpa. As propostas de igualdade do modelo social não apenas propuseram um novo conceito de deficiência em diálogo com as teorias sobre desigualdade e opressão, mas também revolucionaram a forma de identificação do corpo com impedimentos e sua relação com as sociedades (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p.74).



DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

PERCURSO 2.º

POLÍTICAS PÚBLICAS...

O processo de democratização e universalização da educação, compreendido pelo rompimento e desconstrução da escola dividida em classes sociais, deve ser pautado por ações concretas que direcionem a construção de escolas inclusivas.

Para cumprir tal preceito, o alinhamento entre teoria e prática é imprescindível, e, nesse caso, a práxis da perspectiva da educação inclusiva deverá ser processual e dinâmica, tendo em vista a garantia do acesso, sem negligenciar as condições de permanência e êxito escolar. Considerando a complexidade que envolve o tema, devemos ter um ponto de partida, não é mesmo?

Nessa linha, lembramos que, anteriormente, vimos a importância de conhecer conceitos e demais documentos legais com horizontes de concretizações.

Agora, vamos apresentar de modo mais específico algumas legislações compreendidas como conquistas legais brasileiras.

Constituição Federal (1988)

No art. 206, são elencados os princípios que deverão nortear o ensino brasileiro, entre eles destacamos o inciso I, que ressalta a *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”*. Considerando o alcance desse e de outros princípios, o art. 208 apresenta o rol de deveres do Estado para a efetivação da educação, assim, segundo o inciso VII, o *“atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”* (BRASIL, 2016, p. 124).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - (Lei 9.394/1996)

No direcionamento de criar estratégias que garantam o direito à educação, são necessárias condições para a permanência e êxito escolar, como podemos observar no art. 3.º: condições para o acesso e permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial.

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006)

Incorporado pelo Brasil através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Além desses, considerados preceitos legais estruturantes, pois respaldam as políticas, programas e ações, também temos as legislações mais direcionadas e que representam importantes avanços significativos no campo da educação inclusiva, entre essas destacamos: a criação de políticas educacionais, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial (1994), que estabelece o acesso às classes regulares àqueles que apresentam capacidade de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos alunos “normais”; do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), que orienta a construção de escolas inclusivas voltadas para o atendimento à diversidade humana; da Política Nacional da Educação Especial (2008), que visa assegurar a inclusão de estudantes público da Educação Especial oportunizando suporte e apoio por meio de uma estratégia que contemple a acessibilidade, recursos tecnológicos acessíveis, tecnologias assistivas etc.



POLÍTICAS E AÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: FOCO NO IFAM CMC

PERCURSO 3:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EPT...

Neste percurso, a estratégia basilar é de identificação e apropriação das principais políticas de inclusão na educação profissional como ferramentas imprescindíveis para efetivação da inclusão escolar. Não é só isso, também iremos discutir alguns aspectos identificados como barreiras e obstáculos (nós) que envolvem essa travessia. Vamos para mais uma jornada?

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o marco da política inclusiva data de meados dos anos 2000, com a implementação da ação TecNep (IFAM, 2019). Nesse contexto, o reconhecimento das políticas inclusivas como estratégia para o redirecionamento do olhar mais politizado inclinado ao discente, ao docente e à escola possibilitou a desconstrução de discursos de culpabilização por suas próprias condições desiguais.

Dentro desse viés, Arroyo (2011, p. 88) reflete acerca da necessidade de análises politizadas, visto que

— “ —

temos ficado bloqueados para tentar articular igualdade e diferenças. Nos debatemos mais com a procura do caminho único para a igualdade do que entender a riqueza das diferenças e os processos brutais de produzir e manter os coletivos diferentes desiguais.

— ” —

A partir das palavras do autor, apresentamos as políticas, programas, projetos e ações implementadas no IFAM. E, embora haja o apontamento para a inclusão de todos, verifica-se ainda na prática um direcionamento a determinados grupos, especialmente aos secundarizados e excluídos em determinada época e contexto.

De todo modo, o IFAM expressa em documentos oficiais, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional, valores a partir da: acessibilidade e inclusão; respeito e valorização das

pessoas; ética e integridade; cidadania e solidariedade, excelência educacional; gestão participativa e transparente; inovação e empreendedorismo; respeito à diversidade; desenvolvimento e sustentabilidade. (IFAM, 2019, p. 28).

Pronto para conhecer as principais políticas inclusivas?

Política de Cotas

Lei n.º 12.711 foi aprovada em 2012. É denominada Política de ações afirmativas, uma vez que se estabelece pela busca da equidade social como respostas às condições desiguais de existência. Assim, seu propósito perpassa pela relação “equidade e igualdade”, pois não basta tratar todos de forma igual se as condições são desiguais, portanto, ela retoma o sentido do princípio isonômico que consiste em dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, tendo em vista o estabelecimento da igualdade material e de oportunidade. Cabe ressaltar que essa política precisa estar articulada a outras políticas

setoriais para que se cumpra efetivamente a garantia da igualdade de direitos.

Política de Assistência Estudantil

Esta sem dúvida é a política mais conhecida na instituição, dada sua visibilidade e reconhecimento pelo grau de abrangência e importância. Essa foi determinada por meio da Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007, e mediante o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e suas Diretrizes Nacionais. Tal política está estruturada em dois principais programas: o Programa Socioassistencial Estudantil, que dispõe de ações voltadas para o suprimento das necessidades socioeconômicas do estudante em vulnerabilidade e pelos Programas Integrais que, mesmo voltados a estudantes vulneráveis, visam outras ações para atenção integral dos estudantes de maneira a se consolidar, efetivamente, uma Política de Assistência Estudantil na instituição (IFAM, 2019, p. 154).

Conheça as linhas de ações dos Programas Integrais (IFAM, 2019, p.166):

- a) Programa de Atenção à Saúde;
- b) Programa de Apoio Psicológico;
- c) Programa de Apoio Pedagógico;
- d) Programa de Apoio à Cultura e ao Desporto;
- e) Programa de Inclusão Digital;
- f) Programa de Apoio aos Educandos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação;
- g) Programa de Apoio Acadêmico a Monitoria.



Em 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão n.º 506, recomendou à SETEC, juntamente, com os IFs a adoção de medidas e ações de acompanhamento e intervenção a retenção e evasão na Rede Federal. Atendendo a recomendação o IFAM aprovou através da Resolução N.º 12-CONSUP/IFAM, de 03 de abril de 2017 o Plano de Ação Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes (PAPE).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A objetivação do PNAE quanto à segurança alimentar precisa ser analisada não apenas sob a perspectiva do acesso aos alimentos de teor nutricional adequado para o crescimento e desenvolvimento, mas também pelo caráter da garantia de alimentos aos estudantes, em razão de muitos deles não terem a referida garantia em seus lares. Por isso, é um programa que precisa ser ampliado, o que perpassa, principalmente, pelo aumento da disponibilidade orçamentária repassada pelo governo federal.

Quadro 1: Valor repassado pela União aos estados e municípios por ano letivo e pelo quantitativo de estudantes, conforme informado pelo Censo Escolar.

ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO	VALOR
CRECHE	R\$ 1,07
PRÉ-ESCOLA	R\$ 0,53
ESCOLAS INDÍGENAS E QUILOMBOLA	R\$ 0,64
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	R\$ 0,36
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R\$ 0,32
ENSINO INTEGRAL	R\$ 1,07
PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	R\$ 2,00
ALUNOS QUE FREQUENTAM O AEE NO CONTRATURNO	R\$ 0,53

Fonte: Portal do FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>.

Apesar de os valores financeiros se constituírem como de caráter suplementar, uma vez que caberá à escola disponibilizar a contrapartida para execução do programa, evidencia-se o grande desafio para atender as exigências dos programas, ao passo que os preços dos alimentos variam de acordo com a região e a localidade. Assim, seu financiamento deveria considerar os aspectos regionais brasileiros. Concordam?

Nessa direção, destacam-se como objetivos deste Programa:

— “ —

Contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábito alimentar saudável, por meio de ações de educação alimentar e nutricional - EAN. (IFAM, 2019, p. 176).

— ” —



No IFAM CMC a oferta de alimentação é universal para os estudantes do Integrado? Sim, o campus conseguiu unir o valor repassado pelo PNAE com o benefício alimentação (Programa Socioassistencial) para viabilizar três refeições diárias aos estudantes. Desse modo, os discentes não precisam passar pela seleção para ter direito à alimentação na escola.

Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)

Do ponto de vista da acepção do termo “inclusão”, tem-se a ideia de que ela está relacionada à inclusão das pessoas com deficiência na escola. Tal perspectiva pode ser visualizada nos próprios documentos institucionais, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nele, verificamos

— “ —

as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão relacionadas ao Programa TECNEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir de 2002, foram criados no IFAM os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE. (IFAM, 2019, p. 211).

— ” —

Sob esse ponto de vista, é preciso avançar para que possamos romper com a ideia simplista da inclusão, para que tenhamos êxito na concretização de ações efetivamente condizentes com a inclusão, numa perspectiva ampla, e que considere a escola como espaço de todos com o propósito de garantir condições para a permanência qualitativa universalizante.

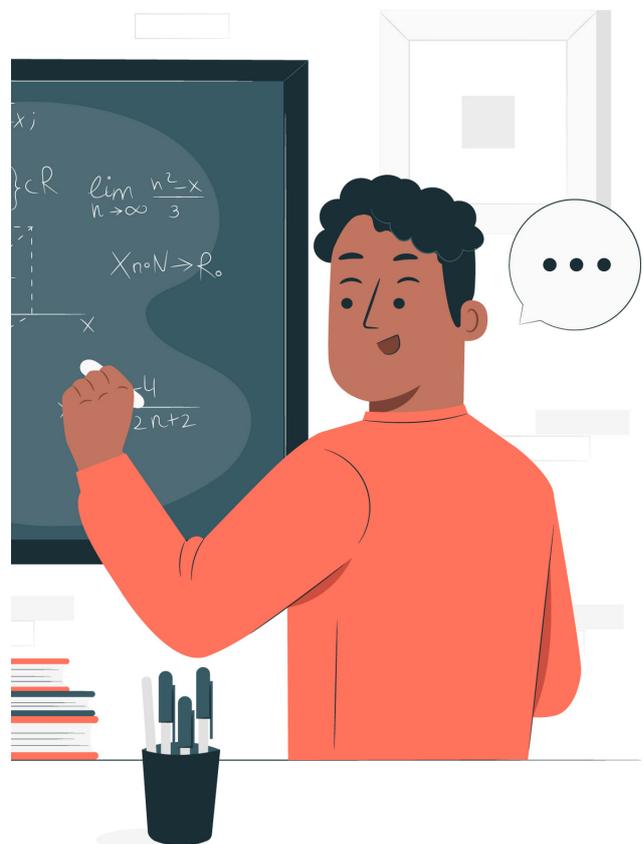
A partir dessa ótica, vislumbramos a necessidade de mudanças, especialmente no modo de compreender a

inclusão, uma vez que seu aspecto restrito fragiliza as ações e polariza o trabalho na diversidade, pois é reproduzido o entendimento de que apenas a equipe do NAPNE é responsável pela inclusão escolar. Destarte, temos o desafio de fortalecer o referido núcleo para que suas ações sejam desenvolvidas de forma participativa e articulada com outros setores e profissionais.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo foi aprovado em 06 de junho de 2018 por meio da Resolução n.º 30, tendo como objetivo o planejamento, assessoramento e monitoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas à temática das identidades e relações étnico-raciais das populações afrodescendentes e indígenas, de forma a contribuir para a promoção da equidade racial, bem como assessorar a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (IFAM, 2019, p. 18).

Apesar de sua relevância, o NEABI ainda é pouco conhecido no IFAM CMC. Desse modo, torna-se necessário que a instituição disponha de recursos humanos e financeiros para garantir o funcionamento do núcleo, e, assim, estabelecer o seu protagonismo.



freepik.com

TRANSFORMANDO A ESCOLA A PARTIR DE AÇÕES: RECONHECENDO OS “NÓS”

PERCURSO 3.º

TRANSFORMANDO A ESCOLA...

O percurso trilhado nos permite considerar que muitos são os desafios para tornar a escola inclusiva, pois não é suficiente garantir a inserção de todos na escola, sendo necessário assegurar as condições de permanência. E, para que isso ocorra, a escola e todos que dela fazem parte precisam estar abertos e dispostos a promover mudanças.

Esse processo torna-se ainda mais complexo porque tais transformações estão associadas a diferentes dimensões que ultrapassam a “boa vontade” e o caráter “messiânico” do fazer institucional; são mudanças que precisam ocorrer primeiramente no sistema educacional, tendo em vista a necessária coerência dos valores assumidos com o incentivo de práticas que refletem tais valores.

Portanto, a problematização da educação inclusiva também deve perpassar pelos aspectos que fragilizam sua efetiva execução, aqui denominados “nós”, os quais impactam negativamente o referido processo.

Encontramos, nas reflexões de Carvalho (2014), elementos que contribuem com a discussão para além da escola. A autora problematiza e denomina como injusto considerar apenas as barreiras identificadas na sala de aula e na escola, dissociadas do sistema educacional. Nessa perspectiva ressalta que:

— “ —

[...] por mais ampla que seja a autonomia das escolas, elas estão inseridas num contexto educacional que elege princípios, estabelece objetivos e identifica diretrizes de ação para as quais são necessários recursos financeiros, materiais e humanos que não estão, necessariamente, ao alcance de todas as escolas e, muito menos, dos professores, famílias ou da comunidade (CARVALHO, 2014, p. 55).

— ” —

A partir dessa reflexão, e com base nas contribuições dos participantes da pesquisa, elegemos os principais aspectos que envolvem a transformação para o direcionamento de uma efetiva educação inclusiva. Assim, considerando as dimensões externa, interna e atitudinal, apontamos como ponto central, respectivamente: o financiamento, a gestão e o processo dialógico:

1. Dimensão externa / financiamento:

A questão do financiamento não se restringe à disponibilidade de recurso para ampliação das ações inclusivas, ela também corresponde ao investimento para ampliação de recursos humanos, visando à promoção de formação e capacitação de servidores para melhoria dos espaços coletivos da escola, como: biblioteca, refeitório, laboratórios, convivência e outros.

2. Dimensão interna/gestão:

A gestão democrática participativa é o modelo que melhor se adequa à proposta da Educação Inclusiva, pois ela se constitui, conforme art. 206, inciso VI, da Constituição de 1988, como um princípio pelo qual a participação da comunidade deverá ser cumprida. No campo de sua normatização, a gestão democrática foi reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, conforme estabelecido no art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (BRASIL, 1996).

A escola democrática é aberta ao diálogo com a comunidade, ela promove a convivência democrática entre os sujeitos; nela há o respeito à pluralidade de opiniões e a transparência no uso dos recursos disponíveis, o que estimula a criação de espaços com participação coletiva.

Isso significa que a gestão democrática da escola exigirá a criação e o fortalecimento de instâncias e colegiados de participação, por meio dos quais os segmentos que dela fazem parte poderão se tornar ativos nos processos decisórios e deliberativos que dizem respeito à escola.

3. Dimensão atitudinal:

Esse aspecto é tão importante quanto os dois anteriores, uma vez que corresponde ao reconhecimento individual para impulsionar mudanças. A subjetividade aqui é entendida como propulsora para promoção de mudanças atitudinais pautadas em valores éticos e inclusivos, os quais deverão orientar as práticas educativas.

Nessa perspectiva, a grande questão que se estabelece gira em torno da reflexão sobre quais educandos estamos formando? E para qual sociedade? Será que estamos formando sujeitos reprodutores e tarefeiros ou sujeitos conscientes, autônomos e empoderados? Se a resposta for sim para o último questionamento, temos o compromisso de nos apropriar de valores que orientem de práticas pedagógicas que correspondam a educação de qualidade.



freepik.com

ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI) E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROPONDO AÇÕES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

PERCURSO 4.

O EMI E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA...

Reunidos os elementos conceituais, chegamos no percurso mais específico e prático da travessia. Neste percurso seguimos firmes na jornada, lúcidos das dificuldades e dos desafios, e confiantes no horizonte vislumbrado, assim como faz o canoeiro na sua saga,

— “ —

*[...] no remanso da travessia,
já vai canoeiro. Enfrenta o
banzeiro nas ondas dos rios.
E nas correntezas vai o
desafio [...].*

Música "A saga de um canoeiro"
Compositor: Ronaldo Barbosa

— ” —

Dando continuidade às considerações anteriores, pensamos este percurso como uma forma de dar voz e reconhecimento aos relatos e sugestões propiciadas pelos participantes que colaboraram com a pesquisa de mestrado cuja construção influenciou a criação deste

material, uma vez que tais sujeitos trouxeram contribuições relacionadas aos processos internos para mudanças que precisam ocorrer no IFAM, tendo como horizonte sua constituição como espaço inclusivo.

Fortalecimento da rede de apoio:

Considerando a multiplicidade de causas que desdobram os fenômenos da exclusão na sociedade, e levando em conta que a escola tem um papel importante no enfrentamento desses mesmos fenômenos, apontamos o protagonismo da rede de apoio (docentes, assistente social, psicólogo, pedagogo, nutricionista, enfermeiro, médico, gestores, coordenadores de cursos, família e outros) como estratégia primordial para a promoção da inclusão na escola.

Nesse processo, o estabelecimento da cultura do diálogo é imprescindível, dada a complexidade dos fenômenos que muitas vezes exigem diversas respostas e, portanto, diferentes ações.

Além do fortalecimento da rede de apoio interna, também consideramos relevante a constituição da rede de apoio externa, pois perante os limites de atuação da primeira torna-se indispensável recorrer e acionar outros profissionais externamente. Desse modo, podemos ampliar o leque de possibilidades para atender as demandas e as necessidades dos estudantes.

Abertura de espaços democráticos para participação dos discentes em debates de seus interesses e de interesse coletivo:

Como estratégia, indica-se o incentivo à formação e/ou fortalecimento do Grêmio Estudantil. Além desse, outro espaço já constituído diz respeito à participação dos estudantes nos Conselhos de Classe, o qual precisa ser ocupado de forma ativa e autônoma pelos discentes, tendo em mente que as falas desses sujeitos devem ser potencializadas, respeitadas, reconhecidas e valorizadas.

Monitoramento da Política de Assistência Estudantil:

Sugere-se o estabelecimento de trabalho articulado com o setor pedagógico, coordenação de cursos, docentes e demais setores. Outra sugestão se dirige à criação de instrumentos ou se dirige à criação de instrumentos ou canais de comunicação direta com os estudantes, os quais sejam capazes de acompanhar os impactos da concessão de determinado benefício, contribuindo com a identificação de outras demandas.

Como proposta para a melhoria do Programa Socioassistencial, recomenda-se a realização do “perfil socioeconômico por curso”, pois, conforme enunciado,

— “ —

há curso em que o perfil é mais elitizado que o outro (SPR4, pesquisa de campo, 2021).

— ” —

Ampliação no atendimento:

O reconhecimento das diferentes necessidades dos estudantes torna fundamental a articulação das ações e o fortalecimento das equipes de trabalho. Além disso, sugere-se a intensificação e massificação de serviços de atendimento psicológico, nutricional e outros disponíveis, como aqui sugerido:

— “ —

acho que a gente precisaria aumentar muito o atendimento a esses estudantes no que se refere à saúde mental e para mim, eu insistiria, arriscaria a dizer que esse é um dos principais problemas (SPE3, pesquisa de campo, 2021).

— ” —

Acompanhamento dos aspectos pedagógicos:

Constatamos recorrentes queixas sobre as demandas administrativas atribuídas aos profissionais da equipe multiprofissional, pedagogos e outros.

Nesse sentido, conforme relatos dos participantes, tal situação compromete a efetividade das atribuições primárias de suporte ao estudante.

Outra questão que precisa ser observada diz respeito à organização dos currículos e seus aspectos constituídos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Com base nas contribuições de Carvalho (2014), torna-se necessário que a escola garanta:

» Prioridade aos aspectos de aprendizagem que permitam aos estudantes assumirem o papel de sujeitos ativos. Nessa perspectiva, caberá ao professor oportunizar atividades que estimulem a criatividade, a valorização de saberes prévios e outros aspectos;

» A não homogeneização dos estudantes também precisa se configurar como elemento primordial para o trabalho na diversidade para inclusão;

» Constituição de práticas pedagógicas flexíveis, tendo em vista o atendimento das diferenças e especificidades dos estudantes.

Constituição de práticas pedagógicas e educativas flexíveis, tendo em vista o atendimento das diferenças e especificidades dos estudantes. Olczyk e Suhr (2020, p. 947) refletem

— “ —
que conhecer o estudante, compreender como ele vivencia a juventude, em que condições, com quais limitações e possibilidades, com quais projetos de futuro pode ser um elemento.
— ” —

Reconhecimento e promoção das diversidades:

O incentivo à cultura do respeito aos diferentes grupos também poderá ocorrer por meio de debates e discussões sobre temas transversais, tais como os relacionados a questões de: gênero, sexualidade, identidade, saúde, preconceito, exclusão, diversidade entre outros.

A articulação entre temas transversais e conteúdo das disciplinas pode se revelar uma importante estratégia

para suscitar discussões e promover conhecimentos, pois consideramos que, na atual conjuntura cultural e social, o processo de ensino e aprendizagem, direcionado à formação de consciência crítica e plena dos sujeitos, precisa estar articulado com a realidade para que os conhecimentos façam sentido na vida dos estudantes.

Vislumbra-se ainda a criação de espaços de debates para os próprios servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos, uma vez que ainda é bastante forte a cultura de não identificação nos processos inclusivos, prática evidenciada pela unilateralidade de responsabilidade atribuída a determinados setores e profissionais.

Sobre essa discussão, trazemos a enunciação que ressaltam discussões sobre o público LGBTQIA+ como pauta invisibilizada:

— “ —

[...] o público LGBTQIA+, eu não consigo visualizar isso, esse público realmente é um público que se existe algum tipo de inserção, inclusão, de busca ele é muito pequeno, então, no geral o público LGBT eles são muito discriminados nesses ambientes (SPE3, pesquisa de campo, 2021)

— ” —



REFLEXÃO!

Opinião advém da subjetividade. Por isso as opiniões são diferentes. Desse modo, você pode não comungar da opinião do outro, mas precisará respeitar. Tal respeito perpassa pelo dever de não proferir opiniões ofensivas e discriminatórias.



VAMOS APRENDER!

O termo apropriado é “Orientação sexual”, não “Opção sexual”, visto que não se trata de uma escolha ou vontade da pessoa.

Outros debates, tais como os que favoreçam o protagonismo das meninas/mulheres, são importantes, uma vez que a inclusão de cada uma delas nos espaços escolares, no mundo do trabalho etc., foi uma conquista gradativamente alcançada por meio de muitas lutas. Com isso, apontamos a importância de debates relacionados à questão de gênero e educação profissional.

— “

[...] você vai encontrar um público muito grande de meninas no ambiente da sala de aula, ainda assim, há uma herança por parte de muitos profissionais que acredita que esse público tem que ficar no ambiente doméstico, pois para eles o futuro delas é cuidar do esposo, é cuidar dos filhos. Então, você vai encontrar esses profissionais, espero que nos demais campi não, espero que não, mas no CMC você vai encontrar muito essa ideia. Então, esses discursos não ajudam a compreender o processo de luta das mulheres. Você tem pouco debate sobre o público feminino, a maneira com que elas são discriminadas etc. (SPE3, Pesquisa de campo, 2021).

— ”



As mulheres ao reivindicarem seu espaço dentro da sociedade almejavam não só a igualdade de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos, mas também a garantia do direito à saúde, à educação e outras questões básicas?

Interessante refletir:

“Embora se beneficiem de muitos padrões de gênero impostos, os homens também são afetados negativamente pelos padrões de masculinidade nocivos: deles é exigido que não expressem sentimentos identificados como femininos; que tenham uma vida sexualmente ativa e precoce, variada e duradoura” (FERREIRA; FRASÃO; PAVAN, 2020 p. 776).

Resgate da participação da família na formação dos estudantes:

A Constituição Federal (1988) reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo que essa última precisa exercer seu protagonismo na educação dos filhos, devendo

ser atribuído a elas o resgate da responsabilidade na educação de valores. Mas, cabe reconhecer, com base nos estudos de Santos (2013), que as condições social e econômica têm um papel fundamental na definição de como as famílias se relacionam, como educam e sob quais valores se assentam. A partir dessa observação, é necessário que a escola também acolha essas famílias e suas fragilidades.

Para isso, a instituição precisa se aproximar da família, e isso pressupõe estabelecer novos mecanismos de interação que não se restringem à convocação a cada término de semestre para a entrega dos boletins escolares, mas sim dispor de estratégias que sejam capazes de propiciar a abertura da escola para momentos de confraternização e aproximação da comunidade escolar, de socialização de experiências dos saberes e conhecimentos produzidos pelos estudantes, entre outras possibilidades. Nesse aspecto, atividades extensionistas são fundamentais para promoção de tais eventos.

Publicização das ações:

Com base na enunciação: “[...] existem muitas ações que trabalham nesse sentido de inclusão e que também não vem à tona”, consideramos pertinente destacar que, além da publicização das ações desenvolvidas, também é importante informar a comunidade acadêmica sobre os recursos/serviços disponibilizados, bem como o modo de acessá-los.

Ações de incentivo aos servidores:

Uma instituição cujo quadro de servidores não está motivado não consegue atender e atingir suas metas. Nesse direcionamento, Cortella (2017) adverte que a motivação é subjetiva, pois ela flui de dentro para fora. Dessa forma, a instituição não pode motivar seus servidores, mas pode criar estratégias que os estimulem.

E de que forma podem ser estimulados?

» Investindo na capacitação e formação continuada dos servidores;

» Proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas;

» Valorizando os servidores e adotando estratégias que garantam melhorias salariais e nas condições de trabalho;

» Criando mecanismos de reconhecimento e valorização dos trabalhos realizados.

Afinal, quem não gosta de ser reconhecido pelo empenho dedicado ao trabalho?

Melhorias Estruturais:

Estabelecer melhorias na infraestrutura da escola diz respeito tanto a viabilização de espaço físico adequado para otimizar o processo de ensino e aprendizagem, quanto aos investimentos em recursos materiais e humanos.

Os benefícios da construção e funcionamento de laboratórios, bibliotecas, acessibilidade e mobilidade, salas de aula com boa iluminação, acústica e clima adequados, contratação de recursos humanos, investimento em formação e capacitação de servidores são exemplos de ações que contribuem para a oferta de uma educação de qualidade, logo, devem ser consideradas como investimentos necessários.

Além desses, também é preciso pensar na infraestrutura tecnológica, especialmente aqueles referentes às novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse caso, verifica-se que o IFAM tem se esforçado para garantir serviços tecnológicos de informação, tais como: SIGAA (suporte aos discentes), SIG (Sistema Integrado de Gestão) e outros. No entanto, é preciso que a utilização de recursos semelhantes seja potencializada. Além disso, a pandemia também nos desafiou a mudar a forma de comunicação, levando-nos à utilização massiva de e-mail, mensagem no WhatsApp,

plataformas virtuais, ambientes virtuais, entre outros. Em vista disso, é fundamental que a escola ofereça recursos tecnológicos condizentes com o perfil dos estudantes e com as demandas atuais.

Trabalhando com alunos com deficiências:

O trabalho em conjunto é fundamental, para isso acesse a rede de apoio institucional disponível, tais como: o NAPNE e demais profissionais. A criação de estratégias inclusivas e o estabelecimento de Planos de Trabalho em Educação voltado para necessidades específicas é fundamental.

Mas, não esqueça que tais estratégias precisam promover a convivência de todos e não o contrário.

E lembre-se: a deficiência não define a pessoa/estudante como um Todo, apenas revela algum aspecto que precisa ser considerado, pois somos todos diferentes.

Em linhas gerais, a educação inclusiva tem como horizonte o rompimento de barreiras. Portanto, as escolas, gestores e educadores precisam se preocupar e praticar cada vez mais a inclusão de todos, visto que *“promover a educação de qualidade é a nossa principal meta”* (MANTOAN, 2020).



INTERATIVIDADE / SUGESTÕES DE MATERIAIS

PERCURSO 5:

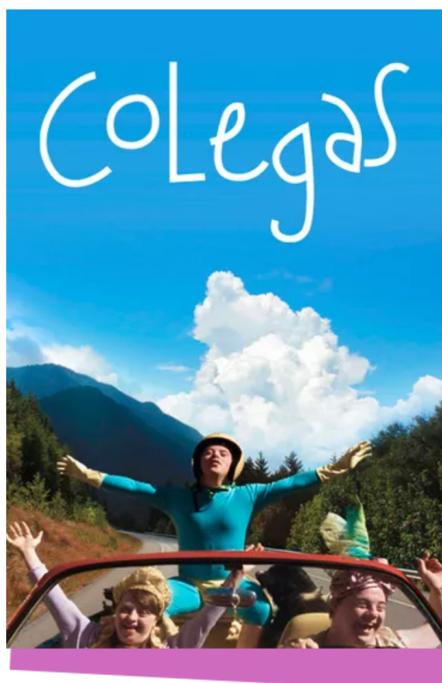
COMPARTILHANDO ...

Considerando as diferentes formas de aprender, trouxemos sugestões de materiais para auxiliar as reflexões sobre a inclusão, bem como temas correlacionados. Vamos tornar esse percurso mais leve e divertido? Veja nas seções:

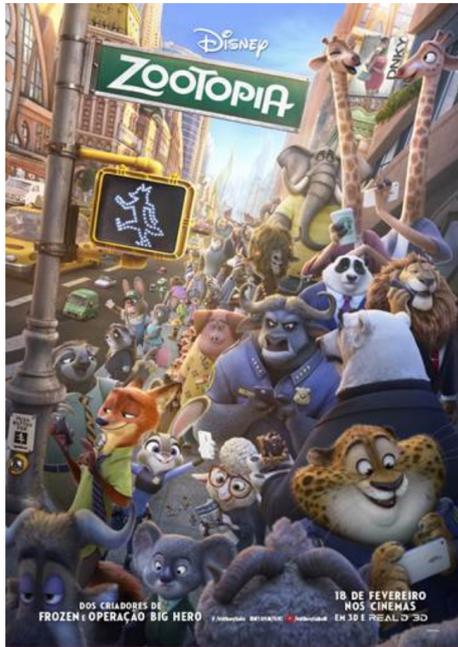
- 01 Filmes
- 02 Vídeos
- 03 Músicas
- 04 Produtos Educacionais
- 05 Dissertações
- 06 Livros e Artigos
- 07 Sites e Plataformas
- 08 Documentos Legais

CORDAS (2014)

Trata-se de um curta, onde a personagem Maria se aproxima de Nicolas, um colega de classe que tem paralisia cerebral. Maria cria estratégias para incluir o amigo nas atividades, remetendo à ideia de que não basta a inserção na escola, mas também a inclusão.

**COLEGAS (2012)**

O filme retrata a Síndrome de Down em um contexto de autonomia, superação e aprendizagem. A trama acompanha a fuga de três amigos, Aninha (Rita Pokk), Stalone (Ariel Goldenberg) e Márcio (Breno Viola), que decidem deixar o internato no qual viviam para buscar os próprios sonhos: casar, ver o mar e voar.

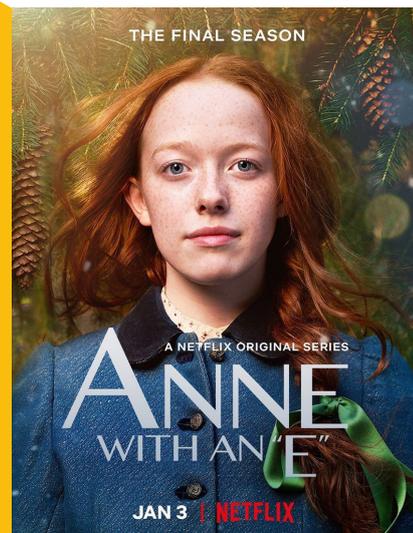


ZOOTOPIA (2019)

É um filme da Disney. Tem como enredo a história de uma coelha que tem o sonho de ser uma policial, e fará de tudo para realizar esse sonho, enfrentando preconceitos e descrenças. Vale a pena assistir pois o filme é repleto de reflexões.

ANNE WITH AN "E" (2017)

Anne é uma órfã que foi enviada por engano à fazenda de Green Gables, uma vez que os irmãos Marilla e Matthew tinham a intenção de adotar um menino. Narra a história de uma adolescente sonhadora e questionadora. Trata de temas sensíveis e polêmicos como o papel social da mulher, homossexualidade etc.



02

Vídeos

“Diferentes, mas não desiguais”.

Mário Sérgio Cortella



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=m9xHzTQmkCo>



“Ser diferente é o que nos torna iguais”.

Rafael Vieira Jr



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=cRF8CI1XdtM>



“Ser diferente é normal”.

Gilberto Gil e Preta Gil



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=XpG6DoORPIs>



Educação Inclusiva (Parte 1) - "Bate papo com Maria Teresa Mantoan", doutora e docente em Psicologia Educacional da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=DpvsxSMq9GE>



"Toda criança do mundo"
Ruth Rocha e Hélio Ziskind



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=zL5Bdzku0iA&t=6>



"Gente tem sobrenome"
Toquinho



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=c6zi5Hk8prI&t=19s>



"Errar é humano"
Toquinho



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=kF5x30z7iF8&t=11s>



03

Músicas

"Cidadão"
Artista: Zé Ramalho



<https://www.lettras.mus.br/ze-ramalho/75861/#album:frevoador-1992>



"Normal é ser Diferente"
Artista: Jair Oliveira



<https://www.lettras.mus.br/jair-oliveira/normal-e-ser-diferente/>



"Só eu sou eu"
Artistas: Marcelo Jeneci e Arthur Nastrovski



<https://www.lettras.mus.br/marcelo-jeneci/so-eu-sou-eu/>



"Ciranda da bailarina"
Artista: Chico Buarque



<https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/85948/>



04

Produtos Educacionais

Guia didático-instrucional: Inclusão escolar de alunos surdos: E agora, o que fazer?



<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/326>



A Educação Profissional e Tecnológica de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí – História de vida dos Egressos.



<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/368>



Guia AVA: guia de utilização do moodle para uma formação humana integral



<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/371>



Trabalho com Inclusão: não existem limitações para o sucesso!



<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/475>



05

Dissertações

A educação profissional tecnológica como ação pública promotora da formação humana integral e da inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho.



Disponível em:
<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/494>



Educação Profissional e Tecnológica na Educação Básica e a Preparação da Pessoas com Deficiência Intelectual para o Mundo do Trabalho no Município de Manaus.



Disponível em:
<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/472>



ABRAMOVAY, M. et al. **Escolas inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação, 2004.

CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CURY, Carlos Roberto. **Direito à educação: Direito à igualdade, direito à diferença**. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer**. São Paulo: Moderna, 2003. - (Coleção cotidiano escolar).

PADILHA, Ana Maria. **Educação Inclusiva: já se falou muito sobre ela?** **Educação em Foco (Juiz de Fora)**, v. Especial, p. 313, 2015.

PADILHA, Ana Maria. **O desafio de ser professor: Ensinar a todos**. **Anais do X Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**. Vitória: Ufes/Centro de Educação.

07

Sites e Plataformas

Diversa – Educação inclusiva na prática.



<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/>



Instituto Rodrigo Mendes.



<https://institutorodrigomendes.org.br/#nos>



Por vir – Inovações em educação.



<https://porvir.org/educacao-inclusiva-e-educacao-para-todos/>



Inclusão já – Em defesa à educação inclusiva.



<https://inclusaoja.com.br>



Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)

Lei nº 12.764 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Política Nacional de Educação Especial (1994)

Declaração de Salamanca (1994)

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008).

Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória deste material, não tivemos a menor pretensão de indicar soluções e resolver o problema da não inclusão escolar e nem sugerir este percurso como único, mas buscamos sim oferecer possibilidades a partir das informações reunidas para subsidiar reflexões e propiciar mudanças de atitudes, tendo como horizonte a transformação da escola em espaços inclusivos.

Nossos percursos foram análogos ao processo de metamorfose da borboleta, que ensina a necessidade de experienciar cada etapa singular, enfrentando desafios, para alcançar e apreciar a beleza do horizonte alcançado.

A borboleta não nasce borboleta, ela se torna borboleta. Tal processo natural é biológico? Sim, claro que é... mas podemos de forma metafórica utilizar essa metamorfose para

projetar nossa auto-transformação, e já adianto que não será de todo belo, pois o despojamento e retirada da zona de conforto é uma decisão difícil e dolorosa, mas que vale todo esforço.

O processo de autotransformação da borboleta é a nossa própria travessia... Para isso, o primeiro passo sugerido e oportunizado por este guia foi possibilitar conhecimento como bússola para nos guiar nesse caminho tão desafiador, que é o da educação inclusiva. Desafiador, mas possível. Nessa trajetória, destacamos a necessidade de desatar alguns “nós”, entre os quais ponderamos a resistência em trabalhar na perspectiva inclusiva, romper com a ideia de que a inclusão é responsabilidade de A ou B; que a inclusão é uma inserção dos alunos com deficiência ou com necessidades especiais na escola, ou ainda que inclusão é garantir suporte às necessidades básicas dos estudantes. Ledo engano, a inclusão vai muito além da ideia restrita ao acesso.

Para trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, é preciso que a escola seja transformada, que o Projeto Político Pedagógico e demais documentos considerem os valores inclusivos, mas que também viabilize oportunidades para sua concretização nas ações e práticas pedagógicas. Portanto, torna-se imprescindível que nos apropriemos de conhecimentos sobre a temática, a fim de sustentar nossas ações, tendo como horizonte a travessia da escola integradora para a escola inclusiva, para a qual é tão necessário o trabalho em rede, o estabelecimento do diálogo, mudanças de gestão etc.

Nessa jornada vimos que a compreensão da educação inclusiva como processo, antes de tudo, precisa assumir o compromisso ético com a valorização das diferenças como princípio fundamental para a universalização da educação de todos. Desse modo, torna-se essencial a apropriação de um conjunto de ações e estratégias capazes de equacionar as desigualdades

sociais que adentram os espaços escolares.

Os percursos evidenciam que os desafios impostos pela realidade não podem nos paralisar, contrariamente, é preciso constantemente fortalecer a esperança e a vontade de projetar mudanças. A fim de ilustrar essa ideia, trazemos um trecho do filme “Zootopia”, no qual a coelha policial Judy deixa como lição a necessidade de lutarmos pelos nossos sonhos apesar das adversidades e dos inconvenientes.

Acontece que na vida real é um pouco mais complicada do que uma frase em um para-choques. A vida real é confusa. Todos temos limitações. Todos cometemos erros. Sendo otimistas, isso significa que todos temos algo em comum. E quanto mais tentarmos entender um ao outro, melhores pessoas nos tornaremos. Temos de tentar. Não importa que animal você é. Desde o maior elefante, até a primeira raposa. Eu imploro: tente. Tente fazer um mundo melhor. Olhe pra dentro de si

mesmo e reconheça que a mudança começa com você. Começa comigo. Começa com todos nós.

OBRAS CONSULTADAS PARA A ELABORAÇÃO DESTE MATERIAL

ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educ. Coc., Campinas, v.3, n.113, p. 1381-1416, out-dez., 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 jun., 2021.

BARBOSA, Ronaldo. Saga de um canoeiro. Álbum: Caprichoso 107 Anos (Ao Vivo no Teatro Amazonas).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 3 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. A origem da motivação. *In*: CORTELLA, Mario Sergio. Por que fazemos o que fazemos? São Paulo: Planeta do Brasil, 2017. Cap. 7, p. 57-62.

CURY, Carlos Roberto. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, jul., 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia ; SANTOS, Wederson. Deficiência, direitos humanos e justiça. SUR - revista internacional de direitos Humanos. v. 6 • n. 11 • dez. 2009 • p. 65-77.

FERREIRA, Adriana; FRASÃO, Cintia; PAVAN, Danielle. Relações educação profissional e gênero: uma análise do perfil dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Goiânia (2014-2018) *In: SOBRINHO, Sidinei; PLÁCIDO, Reginaldo (org.). Educação profissional integrado ao ensino médio*. João Pessoa: IFPB, 2020, cap.24, p-771-810.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*, Brasília, n. 1, p. 10-32, dez. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Plano de desenvolvimento institucional 2019 - 2023**. [AMAZONAS: IFAM]. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-2023>. Pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Resolução CONSUP/IFAM nº 12**. Plano de Ação Estratégico de Acesso, Permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Ifam.

MANTOAN, M. Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOURA, Dante. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. *Holos*, ano 23, Vol. 2, p.4-30,2007.

OLCZYK, Simone; SUHR, Inge. Jovens que frequentam o ensino médio integrado: ilustres desconhecidos? *In: SOBRINHO, Sidinei; PLÁCIDO, Reginaldo (org.). Educação profissional integrado ao ensino médio*. João Pessoa: IFPB, 2020, cap.29, p-931-974.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? *Revista Momento - Diálogos em Educação*, FURG, 2020.

SÁ, Ana Karine. *Educação inclusiva: uma avaliação de implementação*. 2018. Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.

SANTOS, Emilene. A inclusão escolar e a família da criança com autismo. *In: PADILHA, Anna Maria; OLIVEIRA, Ivone. (orgs.). Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar*. Campinas: Papyrus, 2013. cap 2, p. 59-87.

SASSAKI, Romeu. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: <http://passeidireto.com>. Acesso em: 24 abr. 2021.

Secretaria da Educação do Paraná. *Instancias colegiadas. Dia a dia educação*. Disponível em: Secretaria da Educação do Paraná. Acesso em: 10 jan. 2020.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009

VIZIM, Marli. *Avanços e impasses nas políticas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de Diadema*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZAMPROGNO, Marisange. *As políticas de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica: o caso do instituto federal do Espírito Santo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santos. Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6042/1/Marisange%20Blank%20Zamprogno.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

AS AUTORAS



Karen Pontes da Cunha é mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) *Campus* Manaus Centro. Desenvolveu pesquisa na linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT com ênfase na Inclusão Escolar e Educação Inclusiva (2020-2022). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2017). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (2013). Desde 2014, é servidora técnica assistente em administração do IFAM *Campus* Parintins.

Maria Francisca Morais de Lima possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1992), pós-graduação em língua portuguesa pela UFAM (1996), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2007), doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2016). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas desde 1995. Atualmente, desenvolve atividades na área da docência, pesquisa e extensão, atuando, desde outubro de 2019, como Pró-reitora de Extensão. Exerceu de fevereiro de 2014 a março de 2019 a função de Diretora de Desenvolvimento Educacional do *Campus* Manaus Zona Leste. Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Programa em Rede Nacional - Polo IFAM/CMC.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DIVERSIDADE

DIVERSIDADE

INCLUSÃO

RESPEITO

INCLUSÃO

RESPEITO

DIREITO

EQUIDADE

DIREITO

EQUIDADE

ACESSIBILIDADE

ACESSIBILIDADE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA